

VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE MIGRANTES NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS, DESAFIOS E IMPACTOS SOCIAIS

Thiago Luiz

Resumo

INTRODUÇÃO: No Brasil, a migração pode ser analisada como um fenômeno que se manifesta em cada época conforme ocorrem transformações político-sociais, como a reorientação na perspectiva da política imigratória no período da pré-industrialização brasileira, visando intensificar a introdução do trabalho imigrante no país (MORENO, 2021, apud PAIVA, 2013). Ao analisar sob um olhar disruptivo, sujeitos migrantes compõem uma parcela da sociedade composta por indivíduos, na condição de refúgio ou não, que buscam em outra nação oportunidades de sobrevivência, constituem “uma massa de trabalhadores completamente disponível para a exploração, tendo que se mover entre diferentes ocupações e regiões” (VENDRAMINI, 2018). Contudo, ao buscar o reingresso no mercado de trabalho, os migrantes enfrentam desafios em diversas esferas que os submetem a um estado de hipossuficiência resultante da desqualificação na escala laboral, em que migrantes com qualificação profissional desempenham funções incompatíveis entre a sua formação acadêmica ou laboral no seu país de

origem e os empregos subqualificados aos quais são encaminhados no Brasil (VIEIRA, 2015), no qual reverbera na precarização do labor em analogia com a sua marginalização e exclusão social (BARBOSA, 2019). OBJETIVO: Analisar as políticas, desafios e impactos sociais relacionados à valorização da formação acadêmica de migrantes no Brasil, assim como os obstáculos enfrentados no processo de inserção no mercado de trabalho e os benefícios potenciais para a sociedade brasileira. MÉTODO: O método utilizado consiste na revisão bibliográfica através da organização temática, a seleção de fontes foi realizada através da análise de produções científicas em repositórios, bibliotecas virtuais e bases de dados. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao buscar amparo no Brasil, uma pessoa sob a condição de migração prefigura um indivíduo que, além do cumprimento dos seus direitos fundamentais, carece do reconhecimento social nas relações de trabalho e no processo de reintrodução da vida cotidiana no Brasil (FARIA; RAGNINI; BRÜNING, 2021). De acordo com Scherer (2020), a efetivação de políticas migratórias ocorre de formas distintas no processo de deslocamento, destacando-se duas realidades: a seleção legalizada do profissional estrangeiro especializado, como método de impulso de produção, em contraste com a precarização dos meios de trabalho que são oferecidos a migrantes e refugiados oriundos de países periféricos. Na perspectiva do trabalho, sob o ponto de vista da equiparação, o segundo pólo se expande na medida em que a busca pela integração no Brasil se aproxima, visto que a igualdade formal expressa no enfoque jurídico difere da eficácia substancial no plano fático, no qual é possível identificar obstáculos burocráticos e administrativos, além de barreiras linguísticas e culturais (TEMER, 2019). Esses entraves são identificados nos relatos realizados por Faria, Ragnini e Brüning nas entrevistas a migrantes na cidade de Curitiba-PR,

em que a formação profissional e a experiência dos migrantes são ignoradas durante os processos de contratação, revelando que, nos processos seletivos, os migrantes são colocados em uma posição social inferior na hierarquia profissional, e conseqüentemente, na social. Além disso, nos relatos, os autores constataram que os cargos desempenhados pela minoria de migrantes que estão em melhores condições de trabalho são no setor de serviços, mesmo possuindo experiências profissionais em outras áreas de atuação mais valorizadas, ou seja, estão em condição de desprofissionalização. Diante disso, é possível estabelecer uma relação entre a precarização do labor e o estado de desprofissionalização, o acesso ao mercado de trabalho para exercer uma profissão regulamentada necessita da revalidação de diplomas, que possibilita os migrantes a utilizarem sua formação educacional e qualificações profissionais para acessar oportunidades de emprego, educação e progresso profissional no país de destino, permitindo que o trabalho se transforme em um instrumento de reconstrução de uma identidade perdida durante o processo de refúgio (BARBOSA, 2019). No panorama da revalidação de diplomas para fins acadêmicos e profissionais, tanto nos de graduação quanto nos de mestrado e doutorado, o favorecimento permitido por leis dessa matéria no ordenamento jurídico brasileiro é inibido por fatores existentes na execução da norma, como a “pouca oferta de universidades que aceitam os pedidos quando comparado com o número de instituições de ensino superior existentes no Brasil” (GIROTO; PAULA, 2020), evidenciando que a falta de acessibilidade ao serviço garantido pela lei compromete a eficiência da norma. No estudo realizado por Faria, Ragnini e Brüning, foram identificados vários entraves que inibem a tentativa de solicitação da revalidação dos diplomas, até mesmo nos casos de revalidação especial conferidos pela

UFPR, se destacando desafios de ordem financeira, uma vez que os valores cobrados pelo procedimento estão fora do alcance oneroso dos migrantes devido a sua condição de vulnerabilidade social e econômica, além da morosidade resultante da burocracia administrativa e a barreira existente pelas entrevistas que são realizadas de forma exclusiva em língua portuguesa, apontado pelos autores como um “meio de caráter excludente, regulatório e restritivo do discurso institucional”, que em conjunto com rigor da estrutura disciplinar brasileira, resulta no fracasso dos imigrantes em exercer sua profissão de origem no Brasil, e com isso torna o período de trabalho “desqualificado do ponto de vista da formação acadêmica e um sentimento de frustração e afastamento por tentar exercer sua profissão de escolha”. CONCLUSÃO: A partir da análise das pesquisas estudadas, evidencia-se que embora haja um reconhecimento crescente da importância de aproveitar o capital humano dos migrantes qualificados, ainda existem obstáculos significativos a serem superados. Na perspectiva jurídica, há lacunas a serem preenchidas especialmente em termos de agilidade e eficiência nos processos de revalidação, em que torna-se fundamental que os sistemas educacionais sejam adaptados para compreender as necessidades de âmbito individual e social da pessoa em condição de migração e as especificidades de cada área profissional, visando a inclusão social e a reintegração no mercado de trabalho. Os desafios enfrentados pelos migrantes na valorização de suas formações acadêmicas no Brasil incluem barreiras administrativas, burocráticas e linguísticas, que culminam na formação de um indivíduo marcado pela hipossuficiência da desqualificação e precarização profissional. É necessário fortalecer a assistência e o suporte oferecidos aos migrantes nesse processo, garantindo-lhes um acesso equitativo com oportunidades justas de inserção

profissional e a reconstrução de uma identidade sociocultural, por meio da readaptação laborativa em face do valor social do trabalho.

E-mail - thiagoluz546@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Carolina Bonança. Refugiados e o trabalho em território brasileiro: uma análise das barreiras à empregabilidade e à efetivação dos direitos trabalhistas/ Carolina Bonança Barbosa – 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

FARIA, José Henrique de; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. Cadernos Ebape. BR, v. 19, p. 2-12, 2021.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e inclusão. Rev. Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 7-9, 2020.

MORENO, Bibiana de Sousa. Trabalho e migração: um estudo sobre a proteção jurídica do trabalhador migrante haitiano sob a perspectiva dos direitos humanos. Repositório UFMS, Mato Grosso do Sul, p. 15-16, 2021.

SCHERER, Laura Alves. Migração, Trabalho Imaterial E Subjetividade: (re)invenção Dos Modos De Viver De Migrantes E Refugiados. LUME UFRGS, Rio Grande do Sul, p. 64-65 2020.

TEMER, Thaís. Refúgio e ensino superior. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI:10.11606/D.2.2019.tde-24072020-144412. Acesso em: 2023-06-14.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 60, 2018.

VIEIRA, Dianne Rafael. Do Congo para o Brasil: as perspectivas de vida e trabalho de refugiados e solicitantes de refúgio congolezes no Rio de Janeiro. *ATTENA UFPE, Recife*, p. 73-88, 2015.